

**BREVE REFLEXÃO
SOBRE A ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS INDÍGENAS
DE NIOAQUE NO MATO GROSSO DO SUL**

Thalita Souza de Lima (UEMS)

thalita17.lima@gmail.com

Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros (UEMS)

chaves.adri@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto fazer uma breve reflexão sobre a alfabetização das crianças indígenas em língua terena como segundo idioma, no primeiro ano do ensino fundamental de uma escola localizada numa aldeia, no município de Nioaque, no Mato Grosso do Sul, onde o português é a primeira língua. Neste artigo, apresentamos a aldeia e a escola, cenários do estudo, além de discorrer sobre a educação indígena, mais especificamente, sobre como se dá o processo de alfabetização e letramento em sala de aula. Destaca-se a relevância deste estudo, uma vez que o aprendizado da língua terena resgata a identidade de um povo que se perdeu no processo de aculturação histórica. Para isso, a escola tem sido aliada nesse resgate cultural.

Palavras-chave: Alfabetização. Crianças indígenas. Língua terena.

1. Introdução

Minha motivação em refletir sobre a alfabetização das crianças indígenas em língua terena como segundo idioma começou na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) onde estudo e incentivado pelos professores, principalmente pela minha orientadora, que em suas aulas, me despertou para as relevantes questões sobre o assunto.

Sou indígena terena, da terra indígena de Nioaque, tenho orgulho da minha origem, pois passei minha infância e parte da adolescência dentro da aldeia. Quando dentro do curso universitário, estudando com outros indígenas, alguns que dominavam sua língua materna, passei a perceber a importância da minha língua, pois apesar de entender um pouco, não consigo me comunicar por meio dela.

Dentro da aldeia, os indígenas da minha geração não falam a língua terena, pois os nossos avós só se comunicavam na língua materna entre eles e as crianças não podiam participar das conversas dos mais velhos. Quando vinham falar conosco falavam o português. O pouco que sabemos da língua terena é o que aprendemos dentro da escola, onde há a

disciplina chamada “língua materna terena”.

A minha avó materna, também terena, era a única que falava fluentemente a língua do nosso povo. Meus avós paternos são indígenas, mas nunca falaram a sua língua materna, pois foram criados em fazendas assim como meu avô materno, onde a comunicação era feita somente em português.

Meus pais atualmente são funcionários públicos e professores da escola indígena da aldeia. Meu pai é formado em pedagogia e atua como diretor da escola. Minha mãe, também formada em pedagogia, atua como professora da educação infantil e do 1º ano das séries iniciais. Nenhum deles é fluente em língua terena.

E apesar de ser criada dentro de uma aldeia e ter estudado em uma escola indígena, eu e os da minha geração não somos fluentes em nossa língua materna, pois dentro da escola tínhamos pouco incentivo, uma vez que a língua materna era e é ensinada como segunda língua e dentro de casa só se comunicava em língua portuguesa. Não se via tanta necessidade em falar a língua terena.

Atualmente, atuo como professora de língua portuguesa na escola indígena “Trinta e Um de Março”, localizada, na aldeia indígena Brejão no município de Nioaque. Vejo a importância em dedicar-me aos estudos do ensino da língua materna dentro da escola, pois a alfabetização é feita em língua portuguesa e a língua terena é ensinada com os mesmos métodos de uma segunda língua.

Diante deste cenário, surgem as seguintes questões: Será que se a escola tivesse como primeira língua a terena e em casa houvesse maior estímulo da família em relação a esse idioma, teríamos uma comunidade bilíngue, dominando a língua materna terena e a língua portuguesa? Será que a alfabetização não deveria focar o ensino da língua terena como o primeiro idioma, ao invés de segunda?

Dessa maneira, o presente trabalho tem como objeto fazer uma breve reflexão sobre a alfabetização das crianças indígenas em língua terena como segundo idioma, no primeiro ano do ensino fundamental de uma escola localizada numa aldeia, no município de Nioaque, no Mato Grosso do Sul, onde o português é a primeira língua.

Neste artigo, apresentamos a aldeia e a escola, cenários do estudo, além de discorrer sobre a educação indígena, mais especificamente sobre como se dá o processo de alfabetização e letramento em sala de aula.

Destaca-se a relevância deste estudo, uma vez que o aprendizado da língua terena resgata a identidade de um povo que se perdeu no processo de aculturação histórica, para isso a escola tem sido aliada nesse resgate cultural.

Embora o bilinguismo referente às línguas indígena e portuguesa, ainda seja a situação mais comum nas aldeias, o monolinguismo em português vem se tornando uma crescente realidade e encontra-se presente nas situações de comunicação cotidianas, como, reuniões, aulas, brincadeiras entre as crianças, diálogos domésticos, cantos e rezas nas aldeias brasileiras e também é a realidade das aldeias de Nioaque – MS, local onde a pesquisa foi desenvolvida.

Os alunos têm contato com a língua indígena na escola, com a disciplina de língua materna terena, e por essa ser uma prática constante e pela tendência à urbanização, por causa de um ensino escolar local que não prioriza a língua nativa, o terena e a cultura deste povo correm o risco de extinção, como tantos outros.

2. Educação indígena

A educação indígena e o ensino das línguas nativas vêm sendo, cada vez mais, assunto de pesquisas acadêmicas, estudos e pautas em documentos oficiais.

A Constituição brasileira de 1988 reconhece os direitos dos povos indígenas, sua organização social, sua língua, suas tradições e o desenvolvimento de uma educação escolar em conformidade com seus princípios, valores e reprodução de conhecimentos.

Essa constituição assegura a esses povos, uma educação multicultural e bilíngue, cabendo à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC) garantir a oferta de educação escolar diferenciada por meio de uma série de ações como formação inicial e continuada de professores indígenas em nível médio e superior; produção de material didático bilíngues em línguas indígenas e em português; e cursos de formação para que professores e lideranças indígenas conheçam todos os seus direitos.

Essa visão “preservacionista” é enfatizada também no que diz respeito ao ensino fundamental, no artigo 210 da constituição: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às

comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (*Idem*, Art. 210, § 2º).

Toda essa atenção aos povos indígenas por parte do governo deve-se como retratação à imposição de séculos da cultura dos colonizadores portugueses, ao abafamento da cultura indígena e à falta de atenção pelo poder público. Como descrita no livro *O Povo Brasileiro*,

A ele se seguiu um etnocídio igualmente dizimador, que atuou através da desmoralização pela catequese; da pressão dos fazendeiros que iam se apropriando de suas terras; do fracasso de suas próprias tentativas de encontrar um lugar e um papel no mundo dos "brancos". Ao genocídio e ao etnocídio se somam guerras de extermínio, autorizadas pela Coroa contra índios considerados hostis, como os do vale do rio Doce e do Itajaí. Desalojaram e destruíram grande número deles. Apesar de tudo, espantosamente, sobreviveram algumas tribos indígenas ilhadas na massa crescente da população rural brasileira. Esses são os indígenas que se integram à sociedade nacional, como parcela remanescente da população original. (RIBEIRO, 1995, p. 144)

Essas medidas de respeito e valorização étnica são recentes se analisarmos todo o processo de aculturação histórica sofrida pelos povos indígenas. Ganham força nos anos noventa do século passado, quando a educação deixa de ser responsabilidade da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e passa para o MEC gerir a construção do formato educacional indígena idealizado.

O MEC admite em seu documento oficial que,

Há ainda, muito a ser feito e construído no sentido da universalização da oferta de uma educação escolar de qualidade para os povos indígenas, adequada a seus projetos de futuro, de autonomia e capaz de garantir sua inclusão no universo dos programas governamentais que visam a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, nos termos da *Constituição* de 1988.

Segundo documento do MEC (2001), só atualmente, as escolas indígenas têm se tornado um meio de garantir a seu público, o acesso a conhecimentos gerais sem que tenham que negar suas culturas e suas identidades étnicas, por meio de projetos que atendem às realidades socio-culturais e históricas das comunidades indígenas, que propiciam a interculturalidade e o bilinguismo e que têm, como objetivo, a reverência à organização social indígena e à valorização de suas línguas maternas e dos saberes e conhecimentos tradicionais desses povos.

Em um documento oficial o MEC relata que as escolas indígenas de hoje ainda não correspondem ao modelo de escola ideal. As escolas só oferecem o ensino fundamental, com professores, na maioria das vezes, leigos e com níveis de conhecimento diferentes, embora este aumentan-

do, o número de professores índios ainda não é satisfatório. E são poucos os materiais escolares adequados e específicos em língua materna dos diferentes grupos étnicos.

A partir desse momento inicia-se a preocupação com a formação do professor indígena que irá atuar dentro da escola da aldeia. Logo, para isso, tratou-se de criar mecanismos para que o indígena pudesse ingressar no ensino superior para que o ensino não apenas vise à valorização cultural, mas que tenha qualidade de ensino.

Esse fato vem acontecendo nas aldeias de Nioaque, os alunos indígenas recebem ensino bilíngue da língua e aprendem também sobre a cultura terena.

3. Alfabetização na língua indígena

Nas aldeias de Nioaque a língua terena é ensinada nos anos escolares iniciais como segunda língua e o português como primeira.

Tal fato deve-se ao desuso do idioma indígena, no cotidiano do povo da aldeia. Para resgatar a identidade da etnia é imprescindível o ensino da língua terena como parte do currículo educacional indígena.

Segundo Grupioni,

[...] a questão da educação indígena preconizando como dever do Estado o oferecimento de uma educação escolar bilíngue e intercultural, que fortaleça as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena e proporcione a oportunidade de recuperar suas memórias históricas e reafirmar suas identidades, dando-lhes, também, acesso aos conhecimentos técnico-científicos da sociedade nacional. (GRUPIONI, 1999, p. 275)

A presença do ensino da cultura e da língua terena dentro do ambiente escolar enquadra na sociedade, de maneira formal, algo antes marginalizado e ignorado, isto é, o índio com sua identidade preservada. Esse modelo de escola contribui para a libertação e fortalecimento da cultura indígena. Conforme Luft explana em seu livro: “O ensino ideal, a educação ideal, que todos desejamos há de ser uma educação para a liberdade, como a tem preconizado figuras do porte de um Paulo Freire em nosso país”. (LUFT, 1968, p. 108)

A escola deve fortalecer a identidade, da língua e da cultura da comunidade indígena, para que estejam preparados na luta pelas melhorias que suas aldeias necessitam.

4. A aldeia

Atualmente, a terra indígena Nioaque, contexto deste artigo, está dividida em quatro aldeias: Cabeceira, Água Branca, Taboquinha e Brejão.

Está localizada no município de Nioaque no estado de Mato Grosso do Sul, tendo ao norte o rio Urumbeva e a leste da Serra de Maracaju.

A Terra Indígena Nioaque foi formada por dois pequenos núcleos: a aldeia Brejão que foi fundada em 1904, pela família do Capitão Vitorino e a aldeia Água Branca que possuía um número maior de indígenas.

Culturalmente os povos Terena se organizam por núcleos familiares, a Terra Indígena Nioaque já se dividia em grupos familiares, ficando na aldeia Brejão a predominância dos “Vitorinos” e na Água Branca outras famílias que não aceitavam serem coordenados pelos “Vitorinos”.

E ao longo dos anos e com o aumento da população o território da terra indígena Nioaque começou também a ficar bem definido. A aldeia Brejão permaneceu da mesma forma, e na aldeia Água Branca foi necessário uma divisão interna. Havia três grandes grupos familiares na aldeia Água Branca que residiam em um determinado setor.

É aí que se inicia a separação ou divisão da aldeia Água Branca em três: a aldeia Água Branca com o número maior de famílias “Miranda”, criando-se as aldeias Taboquinha com as famílias “Silva” e “Ojeda” e a aldeia Cabeceira com a predominância da família “Marques”.

Atualmente, a Terra Indígena Nioaque está composta por 04 aldeias, cada aldeia tem autonomia própria, possui um “cacique” e um “conselho tribal”, que são os responsáveis por responder pelas relações políticas de cada aldeia. Os assuntos que dizem respeito a todas as aldeias da Terra Indígena, são tratados em reuniões grandes, onde contam com a presença das lideranças de cada aldeia, geralmente realizadas no Posto Indígena.

5. A escola

A Escola Municipal Indígena 31 de Março – Polo, está localizada na aldeia Brejão, criada pela lei N°. 009/95 de 25 de julho de 1995, mantida pela prefeitura municipal de Nioaque. Funciona no período diurno atendendo 341 alunos matriculados no ensino fundamental do 1º ao 9º

ano.

A Escola Municipal Indígena está situada numa área federal a 14 quilômetros da cidade de Nioaque – MS e 170 quilômetros da capital do estado de Mato Grosso do Sul. Possui organização própria e oferece um currículo diferenciado, garantido no mesmo, o ensino da língua indígena conforme as legislações específicas que regem a educação escolar indígena.

A professora de alfabetização tem o curso de pedagogia trabalha na área há dez anos, sendo cinco só na sala de alfabetização, a professora de língua materna terena tem o curso de magistério e trabalha na área de educação há sete anos sendo sua primeira experiência como professora de língua materna terena, o diretor da escola trabalha há onze anos na área de educação e faz dois anos que assumiu a direção da escola.

Nas aulas, brincadeiras, diálogos domésticos, cantos e dentro das igrejas os alunos se comunicam em língua portuguesa, pois é a língua que foi ensinada pelos seus pais. Dentro de casa a comunicação também é em língua portuguesa, os avós sabem falar, mas só se comunicam na língua terena entre eles e não passaram para seus filhos e netos o hábito de se comunicar em língua terena.

6. Breves reflexões

Há várias realidades linguísticas dentro das aldeias indígenas do Brasil. Em alguns casos, os índios já não falam mais a sua língua materna; em outros, os jovens só tiveram contato com o português na adolescência; há comunidades onde não se fala o português e ainda há aldeias onde indígenas falam o português, mas nem todos falam a sua língua de origem, como é o caso das aldeias de Nioaque.

A língua terena é mais conhecida pelos idosos das aldeias. No entanto, com o contato com pessoas não indígenas da região de Nioaque, acreditaram que não precisavam usar a língua terena para não se isolarem da sociedade. Desse processo de aculturação, muitos filhos dos falantes da língua terena apenas conseguem entender um pouco, mas não a dominam.

A língua é fundamental para a cultura de um país porque nela está a história, às vezes, é considerada como algo diferente tanto dos bens materiais do homem, como de seu sistema de costumes (MALINOVIS-KY,

1970). Este conceito está comumente associado à ideia de que o significado, considerado como um conteúdo místico da palavra pode ser transmitido, provocando um entendimento ou outro, mediante a elocução da mesma. Com isso, vimos que o significado de uma palavra não está contido nela, mas sim, no contexto de uma situação de uso, a língua uma vez materializada nos atos da fala, é parte integrante de uma cultura, como o caso dos índios terenas.

Os diversos cenários das escolas indígenas do país simulam alguns desafios que demandam dos educadores, pesquisadores, linguistas, governo e toda a sociedade, maior conhecimento sobre o ensino bilíngue e intercultural, pois sendo a língua a representação da essência de um povo, a educação deve contribuir para preservação daquelas que são consideradas a minoria diante das línguas nacionais.

Pela vivência dentro da escola da aldeia indígena, percebe-se a importância e necessidade do ensino bilíngue e intercultural para que a população se torne consciente do seu papel na sociedade e possa exigir os seus direitos de cidadão indígena.

Não podemos tratar o ensino da língua terena dentro da escola indígena como se trata o ensino de uma segunda língua no ensino regular que possui outras pretensões.

7. Reflexões finais

Este artigo ressaltou a importância de se preservar a língua, as raízes e a cultura terena, partir do ensino bilíngue e não de aculturamento.

Como se pode observar, os alunos indígenas não têm mais em seu cotidiano uso de sua língua nativa. Todos chegam à escola pesquisada, sem nenhum entendimento da língua terena, mesmo os pais sendo indígenas. No entanto, é fundamental que haja uma mudança nessa realidade; os indígenas das aldeias de Nioaque necessitam ter conhecimento sobre a importância da sua língua.

Sabe-se que a língua nativa é um dos principais fatores que definem a identidade de um povo, na medida em que permeia a manutenção de sua memória e realça as suas características étnicas, por isso, privilegiar uma língua em detrimento de outra pode trazer consequências graves, como por exemplo, o desinteresse pela língua apagada, o anseio de que esta língua é menos importante, o preconceito linguístico, a desvalo-

rização de um povo e a vergonha das suas próprias línguas, culturas e origens.

O avanço da educação indígena é ainda bastante recente, mas já são inúmeros os avanços. Como a qualificação profissional do professor indígena, escolas nas aldeias, materiais didáticos que valorizam a cultura e a língua terena.

É claro que existe uma defasagem histórica que exige desse processo educacional a otimização do tempo e qualidade do ensino, já que é dela que a comunidade indígena anseia para obter seus direitos de ser índio em sua plenitude.

Faz-se necessário o ensinamento da língua materna para o desenvolvimento do conhecimento da criança na sua língua de origem. Por mais que haja consciência por parte dos professores indígenas, ainda há um longo caminho para ser percorrido, no sentido de adquirir o reconhecimento da importância de se pensar em ações pedagógicas que foquem a valorização da cultura terena.

Assim, compreendo a importância da valorização da língua terena no ensino bilíngue dentro das escolas indígenas, pois fortalece a identidade dos alunos indígenas, estimula o respeito à pluralidade cultural, à diversidade e à riqueza de constituição social brasileira e promove o sentimento de orgulho de ser indígena.

Por fim, relato que com essa pesquisa sinto mais orgulho da minha origem e das minhas raízes. Sinto necessidade de fazer mais pelo meu povo. E através das minhas práticas profissionais, pretendo conscientizar meus alunos sobre a importância de se manter viva nossa língua, cultura e tradição.

O orgulho pela própria história e origem fortalece a identidade individual, social e nacional de um povo, o que impacta diretamente no sentimento de sua autoestima. Por isso, ressaltamos a importância da educação fortalecer o imaginário social dos povos brasileiros e resgatar o sujeito indígena, a partir da compreensão das diversas culturas existentes no Brasil, levando os alunos ao sentimento de pertencimento, por meio da consciência de que a sua língua nativa é um valioso patrimônio cultural brasileiro.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

GRUNPIONI, Luís Donisete Benzi; DARCI, Secchi; GUARANI, Vilmar. *Legislação escolar indígena*. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol4c.pdf>>.

LDB – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (Lei n°. 9394, de 1996).

LUFT, Pedro. *Língua e liberdade*. 13. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.

MALINOWSKY, B. *Uma teoria científica da cultura*. Trad.: José Auto. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MIRANDA, Claudionor do Carmo. Terra Indígena Nioaque: Processo de formação sociopolítica, divisão da aldeia Água Branca e os momentos históricos vividos por este povo ao longo dos anos. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, vol. 8, n. 2, 2007.

RIBEIRO, Darci. *O povo brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.